



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2025 a 31/05/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR "COP"

Documento 1/7

66.2025	Sessão Ordinária - CD	06/05/2025-15:36
Publ.: DCD - 07/05/2025 - 71	Dilvanda Faro-PT -PA	
BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

A Deputada destacou o contato frequente com o povo paraense durante visitas a diversos Municípios, onde ouviu relatos sobre a melhora das condições de vida com a atuação do Governo Lula e da bancada parlamentar do PT. Citou programas sociais como Bolsa Família, Pé-de-Meia, Mais Médicos e investimentos no Pará, ressaltando o impacto positivo na população. Criticou informações contrárias que circulam nas redes sociais e defendeu a importância da COP30, que será realizada no Pará, como um evento essencial para colocar a Amazônia no centro das discussões climáticas. Afirmou que o Estado tem potencial para sediar o evento com dignidade e destacou o crescimento econômico da região, apontando que o Brasil segue em um caminho de recuperação e esperança.

A SRA. DILVANDA FARO (Bloco/PT - PA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, saúdo V.Exa. e, em sua pessoa, saúdo todos os nossos Parlamentares, meus nobres colegas, e também as minhas colegas Parlamentares que compõem a nossa bancada feminina, em nome da Deputada Juliana Cardoso, que está aqui, sempre conosco.

Saúdo a minha bancada do Partido dos Trabalhadores, e estendo essa saudação a toda a base do Governo do Presidente Lula. Dedico essa saudação a todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem, em especial ao meu povo paraense, distribuído pelos nossos 144 Municípios.

Senhoras e senhores, estamos realmente vivendo tempos confusos, em que muitas inverdades ganham força nas redes sociais — e até mesmo nesta Casa — como se, de fato, retratassem a realidade vivida pelo povo brasileiro.

Tenho por hábito, em minha vida política, estar ao lado do meu povo, escutando e aprendendo com essa escuta. Quando retorno ao meu querido



Estado do Pará, esses encontros ocorrem desde a noite de quinta-feira até o último minuto da segunda-feira, quando embarco para Brasília.

Para quem não conhece meu Estado, o nosso lindo Pará, saibam que nossas estradas são formadas por muitos rios, nossas paisagens são animadas por uma floresta magnífica. Nossa povo é trabalhador, religioso e alegre. Esses momentos com meu povo são únicos e me energizam para estar aqui, refeita e esperançosa a cada semana.

Só nesses últimos 15 dias, percorri os Municípios de Breves, Primavera, São Domingos do Capim, Castanhál, Santa Izabel, Bujaru, Bragança e Acará. Por coincidência, o meu querido Acará, onde eu voto, completou 150 anos de existência. Em nome do Prefeito Pedrinho da Balsa e do Vice-Prefeito Yuri Faro — que, por coincidência, é meu filho — mando um grande abraço ao povo acaraense.

As distâncias que percorri para ver meu povo nesses Municípios — distâncias que muitos aqui talvez só enfrentem no período eleitoral — são caminhos por barcos, lanchas, carros, aviões. Sou sempre recebida com alegria e afeto pelo povo, porque sabem que esta agricultora familiar, essa cabocla ribeirinha aqui, que se orgulha de bater no peito e dizer que é cabocla ribeirinha, sempre esteve e estará ao lado deles.

Nessas escutas que tenho feito, tenho ouvido um povo esperançoso neste Governo que ajudamos a eleger. Tenho ouvido que as promessas de campanha estão sendo cumpridas, conforme prometido. Tenho ouvido elogios e testemunhos de que suas vidas têm melhorado com a eleição do Presidente Lula e com a atuação parlamentar da sua bancada nesta Casa.

Elogiam os programas como o Bolsa Família, o Programa Pé-de-Meia, o Desenrola Brasil, o Mais Médicos, as novas ambulâncias do SAMU, a ampliação dos medicamentos de uso contínuo da Farmácia Popular, o Luz para Todos. Eu poderia elencar muitos outros nesta fala, porque são ações que realmente fazem a diferença na vida daqueles e daquelas que precisam.

Somente em março de 2025, o Programa Bolsa Família beneficiou 1 milhão 346 mil famílias no Pará, em um Estado onde cerca de 40% da população depende em algum grau do Bolsa Família. O Programa Pé-de-Meia beneficiou 277.400 estudantes, com investimento mensal de R\$ 238,34 por aluno. O Pronamp injetou 214 milhões de reais nas pequenas e médias empresas. E aí escuto, leio e vejo declarações de que o País está um caos, de que nada, nada está dando certo, de que o povo está insatisfeito. Fico sem entender, realmente, que País é este.

Por isso, vê-se inicialmente que estamos vivendo tempos confusos. Acho que as pessoas que fazem essas afirmações precisam mais ir às suas bases, para conversar, escutar, aprender com o povo, não apenas com os iguais a eles, com seus correligionários, mas com o povo nas ruas, nas feiras livres, escutar o povo e sentir esse pulsar, porque o povo sabe o que foi ter vivido a



desesperança e o abandono por quase 6 anos, o povo viu o que já tinha conquistado sumir de sua frente pela ausência de continuidade de políticas que lhe garantissem direito e que lhe garantissem a vida.

Mas há coisas boas acontecendo também em outras áreas. O Brasil, neste ano de 2025, vive grandes oportunidades de vir a ser um exemplo para o mundo. A COP30, que será realizada no meu Estado do Pará, com certeza será um desses grandes momentos.

Esses mesmos que só veem um País ruim, um País que está apenas em suas cabeças e seus perfis de rede social, dizem a todo instante que a COP30 será um desastre, que nem chegará perto do que foi Dubai e Baku. É claro que Belém não será transformada em Dubai, ou em Baku. Belém continuará sendo uma cidade atraente, exuberante, mas sem o serviço de estrutura urbana de uma grande metrópole de um país rico. O povo paraense está apto a acolher com dignidade, calor humano e com sua cultura a todos e todas que vêm somar esforços multilaterais para conter o colapso do clima. Essa especulação irresponsável de alguns setores, inclusive da imprensa, quer deliberadamente destruir essa possibilidade, mas não sabem eles e elas que esta COP30 será diferente das anteriores, porque será a primeira a acontecer numa floresta tropical, e numa das maiores de todo o mundo, a nossa Floresta Amazônica, em que vive um povo alegre e trabalhador.

O Presidente Lula destaca a COP como um momento crucial para colocar a Amazônia no centro das agendas climáticas e transformar intenções em ações concretas, garantindo o desenvolvimento da região e o comprometimento com a natureza.

Também nesta linha de pensamento, o Governador Helder Barbalho disse: "*A COP não é de esquerda nem de direita. É um evento que busca soluções reais para os desafios climáticos. Nossa objetivo é valorizar economicamente a floresta em pé*". Essas afirmações têm irritado uma Oposição sem proposta, uma Oposição que nega ao Brasil a oportunidade de vir a ser uma referência na busca do enfrentamento dos desafios climáticos.

Acreditamos que todos os preparativos para sediar a COP30 estarão concluídos a tempo. Ainda persistem desafios de infraestrutura urbana e de hospedagem, mas estamos convencidos de que conseguiremos finalizar tudo a tempo e de que esta COP deixará um legado permanente para a população paraense.

Fala-se oficialmente em cerca de 50 mil visitantes durante os 15 dias. A imprensa insiste em dizer que serão aproximadamente 70 mil visitantes. As estratégias de acomodação trabalham com esse número. Estão sendo construídos hotéis e pousadas. A população se mobiliza para oferecer hospedagem solidária. Navios irão funcionar como hotéis flutuantes. Isso sem contar os imóveis que estão nas plataformas de locação por temporada e a própria rede hoteleira da Grande Belém.

Essa mobilização em torno da COP já trouxe resultados significativos. Foram



abertas mais de 26 mil empresas no primeiro trimestre de 2025. Neste ano, o Pará já é o terceiro Estado em crescimento do PIB, um fato inédito para a nossa economia.

Sr. Presidente, caríssimos colegas Parlamentares, muito ainda precisa ser feito no meu Estado e em todo o País, mas tenho a certeza de que estamos no melhor caminho.

O Presidente Lula tem feito gestos de respeito a esta Casa e ao exercício legislativo. O que precisa ser feito por nosso povo brasileiro é estimular e reencantar para a participação política.

Recentemente vimos aqui em Brasília uma atividade com gestores municipais. Era visível a renovação desse segmento, uma juventude crédula na boa política, crédula na possibilidade de se construir um País justo para todos e todas. Nessas andanças e escutas pelos Municípios paraenses, essa juventude de variados partidos políticos presentes nas Câmaras de Vereadores e na gestão pública nos anima a continuar a acreditar na democracia e neste País.

Eu me despeço de todos e de todas e solicito que este meu pronunciamento seja veiculado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação da Casa.

Foi por isso que eu fiz o "L"!

Documento 2/7

66.2025	Sessão Ordinária - CD	06/05/2025-19:32
Publ.: DCD - 07/05/2025 - 152	Bohn Gass-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que o Brasil vive um novo momento sob o Governo Lula, destacando a recuperação da imagem internacional do País e a liderança em fóruns como o G20 e o Brics. Ressaltou a criação da Aliança Global contra a Fome, a presença de Dilma Rousseff na presidência do Banco do Brics e a realização da COP no Brasil. Internamente, enfatizou o crescimento da economia acima das previsões, a retomada de programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida, e a criação de iniciativas como o Pé-de-Meia para combater a evasão escolar. Defendeu também a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, apontando que a conta será compensada com a tributação de supersalários, beneficiando cerca de 20 milhões de brasileiros.



O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputado Hugo Motta, colegas Deputados e Deputadas, quero falar do novo momento que o nosso Brasil vive.

O Presidente Lula, quando assumiu, precisava reposicionar o Brasil na geopolítica mundial. O Brasil era pária, era vergonha internacional, não tinha nenhuma respeitabilidade nos organismos internacionais nem nos outros países — era uma vergonha. O Presidente Lula passou a assumir e a coordenar o G20, grupo que reúne as maiores economias do mundo. Lançou no G20 a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Aliás, ontem, em reunião no Parlasul, nós fizemos referência a isso, para que todos os países abracem essa causa, para que a humanidade possa viver em condições melhores de crescimento econômico, com distribuição de renda, com combate à fome, para que não haja nenhuma situação como a que nós encontramos no Brasil, deixada pelo Governo anterior, de extrema direita, Governo Bolsonaro, que deixou 33 milhões de pessoas no Mapa da Fome e na fila do osso, com o povo se alimentando mal.

Em âmbito internacional, no G20, na articulação com o Brics, o Brasil vai presidir agora o Banco do Brics, com a nossa querida, coração valente, Dilma Rousseff, que foi tão injustiçada pelo golpe que a afastou. Ela vai presidir o Banco do Brics, dos países que estão crescendo frente à desdolarização, ao enfraquecimento causado pela política americana, inclusive agora com o Trump fazendo esse processo de taxação, brigando com todo mundo, criando problemas. E nós estamos com outra relação internacional de cooperação, de desenvolvimento sustentável. O Brics também estará aqui no Brasil, sob a Presidência do Presidente Lula, e com a Dilma presidindo o Banco do Brics.

Teremos também, este ano, a COP, a Conferência do Clima, também no Brasil, sob a coordenação do Presidente Lula.

Em todos os organismos internacionais, seja na América Latina, no Mercosul, na Europa, no mundo asiático, em todos os lugares, o Brasil passa a ser essa referência, porque abre mercados. É bom para a nossa produção aqui no Brasil, é bom para o nosso desenvolvimento, é bom para a geopolítica mundial essa presença do Presidente Lula, afirmindo o nosso Governo.

Em segundo lugar, eu quero destacar aqui outro aspecto importantíssimo para o Brasil. Se nós continuássemos a política privativista, não investindo em consumo da população brasileira, sem reajustar salário mínimo, que foi o que fizeram os governos passados, do Temer e do Bolsonaro, sem colocar um BNDES para financiar desenvolvimento neste País, estruturar programas importantes para voltar a reiniciarizar o nosso País... Com a reinustrialização — que nós chamamos de neoindustrialização — mais verde, a descarbonização, uma transição energética e uma economia melhor, o nosso País passou a superar o que era a expectativa do Focus e de todos os economistas da extrema direita e dos banqueiros, que diziam que a nossa economia, a continuar o que era o Governo passado, cresceria menos de 1% e



que, elegendo o Lula, se quebraria o País.

Nós mostramos a falsidade desses argumentos e fizemos com que a economia brasileira crescesse mais de 3%. E ela não só cresceu, como cresceu com qualidade, cresceu gerando emprego, cresceu gerando emprego industrial, cresceu dando distribuição de renda, salários melhores para as pessoas, qualidade de vida melhor. É isto que novamente afirma o nosso País nesse aspecto do crescimento da economia: que tem expectativas de mais crescimento nos próximos períodos, com conteúdo nacional e com geração de emprego diversificado.

Em terceiro lugar, é importante que se registre que temos como método, sempre na nossa política pública, fazer com que o Estado brasileiro, os seus governos e a política pública sejam dirigidos por programas sociais para os que mais precisam. E nós recuperamos importantes programas. Na área da habitação, o Minha Casa, Minha Vida, que havia sido abandonado, nós reconstruímos e estamos ampliando inclusive para a classe média, para que as pessoas possam ter habitação com dignidade.

Há o Programa Mais Alimentos e os programas do Pano Safra, dirigidos para nós produzirmos alimentos e condições de mecanização, para tirarmos a penosidade do trabalho, inclusive gerando maior produção de alimentos, para nós termos novamente estoques reguladores e podermos enfrentar aquilo que é uma especulação sobre o preço dos alimentos para a nossa população brasileira.

Porém, mais do que reativarmos o conjunto dos programas sociais que haviam sido destruídos pelo Governo passado, nós estamos constituindo, no Governo Lula, novos programas. E há um programa fundamental na área da educação. Além da ampliação das universidades e demais institutos federais tecnológicos e da atenção às nossas escolas da infância, às creches e a todo esse espaço educacional, nós garantimos o Pé-de-Meia, para jovens do ensino médio que estão com grande taxa de evasão e saem para o trabalho porque não podem ficar sem a sua renda. Nós garantimos renda para esses jovens, para que eles permaneçam em sala de aula. E o próprio Presidente Lula disse: "*A sala de aula é a sala dos sonhos!*".

Agora nós estamos, inclusive nessa área da educação, garantindo cursinhos pré-vestibular para a população pobre, para ela poder ter acesso à universidade no nosso País.

Eu quero também falar de outro programa fundamental, que é uma dívida dos governos brasileiros com a população brasileira sobre a questão do Imposto de Renda. O Presidente Lula se comprometeu com isso e já mandou para esta Casa um projeto de lei para isentar do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais. O Governo Bolsonaro prometeu isso e não cumpriu — prometeu e não cumpriu! O Presidente Lula assumiu esse compromisso; o projeto já está aqui; mas vão ser 27 bilhões de reais a menos em termos de entrada de recurso. Alguém precisa pagar essa conta para 20 milhões de pessoas serem



beneficiadas, o que é muito justo: serão 140 mil pessoas que ganham acima de 50 mil reais de salário por mês ou 600 mil reais por ano que precisam fazer essa contribuição.

Então, é importante que esta Casa vote e que a sociedade se mobilize para que nós, Deputados, votemos o mais rápido possível esse projeto de isenção para quem ganha até 5 mil reais. Isso vai garantir que 20 milhões sejam beneficiados, isentos, e que alguns com altíssimos salários, que não vão lhes fazer nenhuma falta, façam essa contribuição.

Nós estamos trabalhando com muita força para que esses programas sejam aprovados e para que o nosso Governo continue se afirmado. Nós queremos, sim, que haja união e reconstrução. Esse é o lema do nosso Governo do Presidente Lula, que vai continuar a dar certo.

Documento 3/7

66.2025	Sessão Ordinária CD	- 06/05/2025-13:55
Publ.: DCD - 07/05/2025 219	Rubens Otoni-PT -GO	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº3.469, de 2024, que reforçou a participação da União no Fundo para Enfrentamento de Desastres e Reconstrução. Também defendeu que o fundo vá além da resposta emergencial e seja utilizado para promover infraestrutura sustentável, com foco na mobilidade urbana resiliente. Ressaltou a importância de investimentos em transporte coletivo limpo e moderno, em consonância com políticas nacionais de mobilidade e transição energética. Ademais, enfatizou o papel do Brasil, que sediará a COP 30, na articulação entre clima, desenvolvimento e equidade urbana. Por fim, reafirmou o compromisso do Congresso com soluções duradouras no combate às mudanças climáticas.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. DEPUTADO RUBENS OTONI (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor presidente, ilustres deputados e deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela TV Câmara e pelas redes sociais, como Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, a Frenlogi, e coordenador da sua Câmara Temática de Mobilidade Urbana,



venho ressaltar um importante avanço legislativo do nosso País no enfrentamento das mudanças climáticas e na reconstrução das cidades brasileiras diante dos impactos crescentes dos eventos extremos.

Senhoras e senhores, refiro-me à aprovação recente, por esta Casa, do Projeto de Lei 3469, de 2024, na forma do substitutivo, destacando a proposta da União poder participar do Fundo para Enfrentamento de Desastres e Reconstrução. Por meio da Medida Provisória 1278, de 2024, a União já está autorizada a participar do referido fundo, assim o Projeto de Lei que aprovamos reforça esse entendimento. Trata-se de um instrumento estratégico de financiamento e apoio técnico às cidades atingidas por enchentes, deslizamentos e outras calamidades decorrentes das mudanças no clima.

Presidente, esse fundo vai além da resposta emergencial, pois também poderá ser utilizado para apoiar empreendimentos de infraestrutura que promovam a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. É aqui que entra a mobilidade urbana sustentável, tema prioritário para a Frenlogi. Precisamos reconhecer que a infraestrutura de transporte coletivo moderno, acessível e resiliente é de interesse da política climática brasileira. Ao investir em corredores exclusivos, VLTs, ciclovias, terminais integrados e frotas limpas, estamos reduzindo emissões e tornando as cidades mais preparadas para eventos climáticos extremos.

Essa diretriz está claramente alinhada à Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei 12.587, de 2012, que orienta os municípios a promoverem modos de transporte sustentáveis e menos poluentes, priorizando o coletivo e os deslocamentos a pé e por bicicleta. Está também em consonância com os objetivos da Política Nacional dos Combustíveis do Futuro, a Lei 14.993, de 2024, e com o Programa de Aceleração da Transição Energética, o Paten, criado pela Lei 15.103, de 2025, que fomentam o uso de biocombustíveis, como biometano, biodiesel e hidrogênio verde, e a eletrificação da frota pública.

Estimados parlamentares, estamos em um ano emblemático, no qual o Brasil sediará a COP 30, em Belém. Temos a responsabilidade de mostrar ao mundo que mobilidade urbana, equilíbrio climático e desenvolvimento econômico sustentável são agendas indissociáveis. Não podemos falar de resiliência urbana e em adaptação climática sem falarmos de transporte público de qualidade.

Portanto, senhoras e senhores, o PL 3469/2024 deve ser visto não

apenas como medida emergencial, mas como uma ponte para o futuro visando cidades preparadas, inclusivas e sustentáveis. Que os recursos do Fundo para Enfrentamento de Desastres e Reconstrução financie o reerguimento das cidades sob uma nova ótica: a do planejamento urbano inteligente, da equidade social e da mobilidade limpa.

Esta Casa tem feito sua parte. Continuaremos atentos, legislando com compromisso para que o Brasil avance no combate às mudanças climáticas com ações concretas e duradouras.

Obrigado.

Documento 4/7

70.2025

Publ.: DCD - 08/05/2025 - 139

Sessão Ordinária - CD

Zucco-PL -RS

07/05/2025-18:20

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, chamando-o de "fujão" por não comparecer à Câmara mesmo após convocação oficial, alegando viagem à Rússia. Comparou a ausência a um episódio semelhante com a Ministra Marina Silva, também acusada de evitar prestar esclarecimentos. Cobrou explicações sobre o uso da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) para firmar contratos sem licitação, inclusive para itens simples como banheiros químicos e papel higiênico, e disse que isso pode estar ligado a futuros escândalos envolvendo a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), e o Grupo dos Vinte (G20). Finalizou afirmando que o Governo Lula está cercado de escândalos sucessivos e que a oposição continuará fiscalizando e cobrando.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero falar do Ministro fujão Mauro Vieira. Fujão! Foram feitos vários convites e agora uma convocação, mas ele, de última hora, fugiu para a Rússia. Com Marina Silva foi a mesma coisa. Ministros fujões!

E fugiu por quê? Ele tem que explicar por que a Organização de Estados Ibero-Americanos — OEI, uma ONG espanhola, está fazendo contratos sem licitação para contratar banheiro químico, papel higiênico.

O Deputado Nikolas falou sobre o escândalo no INSS, mas vai haver um escândalo envolvendo a COP 30 e o G20. Aguardem!



Este Governo é escândalo atrás de escândalo, e nós vamos para cima deles.

Documento 5/7

70.2025

Sessão Ordinária - CD

07/05/2025-18:32

Publ.: DCD - 08/05/2025 - 143

Zé Silva-SOLIDARIEDADE -MG

BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado e Presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, no Dia Mundial da Mineração, destacou a importância histórica e econômica da mineração para Minas Gerais e para o Brasil. Recordando sua atuação na Comissão que acompanhou a tragédia de Brumadinho (MG), defendeu a construção de um novo modelo de mineração baseado na ciência e nas boas práticas, que promova desenvolvimento sem agredir o meio ambiente ou colocar vidas em risco. Reforçou a urgência da aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), elaborada com base em estudos do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), com foco em planejamento, licenciamento ambiental mais eficiente e sinergia entre mineração, indústria e agropecuária. Por fim, enfatizou que essa política será fundamental para garantir a soberania brasileira na produção de fertilizantes e consolidar o país como protagonista na transição energética global, especialmente diante dos desafios das mudanças climáticas e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA).

O SR. ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje é o Dia Mundial da Mineração. E eu tenho dois pontos marcantes, como Presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável.

O primeiro deles é que, no meu Estado de Minas Gerais, onde os ares de liberdade das nossas montanhas inspiraram e inspiram a democracia brasileira, se não houvesse mineração, nós não o chamaríamos de Minas Gerais. E o outro é muito triste: a missão muito importante de presidir a Comissão durante os 4 anos em que acompanhamos todas as investigações da tragédia de Brumadinho.

Porém, percebi — e hoje, honrosamente, estou presidindo a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável —, baseado, primeiro, na ciência, que a ciência traz todas as soluções para todas as tragédias que a humanidade já enfrentou; e, segundo, nas boas práticas. Baseado nesses dois pilares, busco que a mineração não seja uma ameaça ao meio ambiente nem à vida das pessoas, e sim que seja uma mineração sustentável, que traga riqueza, traga qualidade de vida e, principalmente, emprego e renda, já que a mineração está em todos os



momentos da nossa vida. Ela está, neste momento do meu pronunciamento, na tecnologia que nos permite chegar a todos os lugares do planeta, especialmente, às Minas Gerais e a todo o Brasil.

E, para que a mineração realmente consolide o Brasil como protagonista, especialmente neste momento em que o mundo enfrenta as mudanças climáticas, que trazem as ondas de calor, as intempéries climáticas, a falta de chuva. Como disse o poeta, o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão, pois onde não chovia agora chove muito e onde chovia a seca assola e atrapalha o nosso agro.

Por isso, eu venho aqui pedir que, antes da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima — COP 30, a qual o Brasil vai sediar, aprovemos a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. Esse foi um projeto construído com a ciência. Foi feito um estudo, através do Cetem, que é a Embrapa da mineração, e, a partir dele, nós apresentamos uma proposta de política nacional, para que se faça o planejamento dos minerais críticos, dos minerais estratégicos. E a proposta prevê a criação de um comitê para revisar, a cada 2 anos, quais são esses minerais críticos, quais são os minerais estratégicos, especialmente para garantir a consolidação do Brasil como protagonista na transição energética.

E, mais do que isso, além de definir prioridades, fazer a revisão das políticas públicas da mineração e dos minerais críticos e estratégicos do Brasil, o projeto visa facilitar o licenciamento ambiental, o planejamento das prioridades da política industrial brasileira, da política de mineração. Há uma sinergia entre a mineração e o nosso agro, que é a potência do nosso Brasil. É o agro que garante a pujança do Brasil na competitividade do mercado internacional.

E temos que garantir ali também a política nacional de fertilizantes, que mostra que o Brasil precisa reduzir a sua dependência de importação de minerais, de fertilizantes. Foi só acontecer um conflito geoclimático, que nós vimos o quanto é importante a mineração garantir essa libertação do Brasil.

Por isso, eu quero aqui exaltar a importância de aprovarmos essa política nacional e também de garantirmos uma política de Estado para os minerais críticos e estratégicos, para assegurar que o Brasil continue tendo uma matriz energética mais limpa, sustentável e inclusiva.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja veiculado nas redes sociais da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.



Sumário

A Deputada alertou para os graves retrocessos ambientais contidos na nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, aprovada no Senado. Criticou a ampliação da autolicença para empreendimentos de médio porte e a isenção de diversas atividades da exigência de licenciamento, além da exclusão de povos indígenas e quilombolas não titulados do processo de consulta. Também mencionou a tragédia de Brumadinho (MG) como exemplo dos riscos dessa flexibilização. Afirma que a proposta gera insegurança jurídica e afronta a Constituição, especialmente no contexto da emergência climática global e da preparação do Brasil para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, quero agradecer a gentileza do Deputado por me deixar falar antes dele. Será um tempo bem pequeno.

Eu queria, colegas, apenas trazer uma preocupação com uma matéria que já passou por aqui e está sendo aprovada no dia de hoje no Senado. Eu me refiro à Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que carrega retrocessos ambientais gravíssimos, sem precedentes, porque expande, por exemplo, a licença por adesão e compromisso, a chamada autolicença, inclusive para empreendimentos de médio porte.

Cito Brumadinho, por exemplo. Todo mundo viu a tragédia de Brumadinho. E esse empreendimento poderia ser feito com licença decidida pelos próprios empreendedores, ou seja, sem consulta aos órgãos ambientais.

O projeto isenta dezenas de atividades com impacto ambiental da necessidade de licença para começar o empreendimento. Também exclui, Deputado Túlio, da consulta para obtenção de licença para análise do impacto do empreendimento povos indígenas e quilombolas não titulados.

E todo mundo sabe que no Brasil a grande maioria dessa população ainda está lutando para ter o seu território regularizado. Então, você vai ignorar a existência desses povos que protegem o meio ambiente? Mais do que isso, ainda mais, ignora impactos ambientais indiretos, como o desmatamento. Aliás, queria dizer que bom que temos uma Ministra como Marina Silva, que conseguiu enfrentar o desmatamento, que crescia no Brasil, e agora reduziu a números recordes.

Essa legislação, colegas, também promove insegurança jurídica. Eu quero conversar com os colegas da mineração, os colegas do agro. Vamos ter tudo judicializado, e a licença dos senhores vai demorar ainda mais. Isso gera uma

insegurança jurídica que não é boa para nenhuma atividade produtiva no Brasil.

Por fim, é inconstitucional e ilegal. Fere o art. 255, que trata do direito de todos nós ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, viola o princípio constitucional que veda qualquer iniciativa que gere retrocesso ambiental e também viola decisões já tomadas pelo Supremo, que dizem que empreendimentos de médio porte — e eu repito que um exemplo de empreendimento de médio porte é Brumadinho, todo mundo viu o que aconteceu em Brumadinho — não podem ser desprovidos de licenciamento ambiental.

Vivemos um cenário dramático no mundo. A emergência climática é uma realidade. O Brasil vai sediar a COP 30 em um cenário em que o mundo inteiro, inclusive o nosso País, precisa se dedicar para enfrentar este drama: eventos extremos, secas, cheias, enchentes, muita chuva em curto espaço de tempo, que são cada vez mais frequentes e intensas.

Não é possível, eu não posso crer, colegas — e não quero saber se é de esquerda, direita ou centro —, que este Congresso vai achar mesmo que acabar com a proteção ambiental brasileira é a agenda necessária para o Brasil e para o mundo.

Tenho esperança de que vamos conseguir barrar esta matéria e garantir que o Brasil esteja à altura da necessidade do mundo, que é enfrentar contundentemente as mudanças climáticas, que atingem em especial a população mais pobre brasileira.

Documento 7/7

85.2025 Sessão Ordinária - CD 22/05/2025-10:24
Publ.: DCD - 23/05/2025 - Ivan Valente-PSOL -SP
45

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a aprovação, no Senado, do projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental, classificando-o como um “PL da devastação”. Afirmou que a proposta representa um grave retrocesso ao praticamente eliminar exigências de licenciamento para a maioria das obras, inclusive em áreas sensíveis como a Mata Atlântica. Alertou para o enfraquecimento da fiscalização, a legalização do autolicenciamento e o silenciamento de povos indígenas. Também anunciou que o PSOL tomará medidas legais contra a proposta, por considerá-la constitucional e violadora do artigo 225 da Constituição. Por fim, mencionou a proximidade da COP 30 e questionou o



compromisso do Congresso com a pauta ambiental.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Ah, Deputado Luiz Lima! Grande Deputado Luiz Lima!

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, hoje eu quero falar do PL da devastação, que foi aprovado ontem no Senado Federal e volta para a Câmara dos Deputados. O que esse projeto faz? Praticamente liquida com a ideia de licenciamento ambiental. Direi o que isso quer dizer. Toda a legislação brasileira, desde a Constituição Federal, é uma legislação avançada. Licenciamento é prevenção. Licenciamento é evitar desastres, como o de Brumadinho e o de Mariana, como grandes queimadas, etc. O que aconteceu com a maioria lá do Senado, simplesmente? Simplesmente se acabou com o licenciamento ambiental, praticamente se acabou. Só em megaobras haverá efetivo licenciamento ambiental. Liberou-se geral. E isso acontece às vésperas da COP 30.

A pressão vem de quem? Do grande empresariado e do agronegócio, é claro! Eles acham que não vão precisar de água daqui a pouco. Está aí a crise climática! No documento, não há uma palavra sobre a crise climática ou sobre o aquecimento global. Não há palavra alguma sobre isso, zero, de ponta a ponta.

Isso significa o quê? O que nós vamos ter lá é um retrocesso tamanho, e com a ideia de que fazer licenciamento e proteger o meio ambiente é evitar o desenvolvimento. Isso é uma grande falácia, isso é uma mentira plantada pelo pessoal da grana grossa aqui.

O que vai haver, na verdade, é um silenciamento dos indígenas. Essas são as terras mais protegidas do Brasil. Vai haver o total enfraquecimento da fiscalização. Haverá a autorização — o que é o mais grave — para o autolicenciamento. Já tivemos isso no Código Florestal. Presidente, o Código Florestal foi feito através de georreferenciamento, o que era um avanço. Contudo, a fraude da grilagem de terras hoje aumentou o território nacional em um Estado do Pará! Houve fraude!

A mesma coisa vai acontecer aqui. Qualquer um pode se autolicenciar. Por exemplo, uma barragem de minérios é considerada uma obra média ou pequena, portanto haverá autodeclaração. Não haverá órgão ambiental para fazer a fiscalização. Ignoram a gestão da água, que para a agricultura é fundamental. No entanto, eles não querem saber disso, e sim de tocar obras. E há mais: eles simplesmente dispensam o agro de qualquer tipo de prevenção do uso do solo e da derrubada das florestas.

Eu vou dizer o porquê. Lá, nesse projeto, eles colocaram um jabuti, e está escrito o seguinte: pode haver agora atividades agropastoris de devastação na Mata Atlântica, que não tinha nada a ver. A Lei da Mata Atlântica tem mais de



15 anos. O Bioma Mata Atlântica percorria 70% do território nacional. É a mata mais biodiversa do planeta! O que aconteceu? Eles liberaram para atividades agropastoris. Isso passou, violando a própria lei já aprovada pela Câmara, a Lei da Mata Atlântica.

É evidente que esse projeto é absolutamente inconstitucional. E mesmo que passe aqui na Câmara dos Deputados, se é inconstitucional, porque viola o meio ambiente e o art. 225 da Constituição Federal, vai ter que ser analisado no Supremo Tribunal Federal. Por isso, o Partido Socialismo e Liberdade já está providenciando a ação legal, a ADPF ou a ação direta de inconstitucionalidade, contra esse projeto.

Finalmente, quero dizer que a maioria do Senado Federal, como na Câmara dos Deputados, não se preocupa com o meio ambiente, nem em passar vergonha na COP 30. A outra coisa é se liberar o petróleo na Amazônia, ali onde vai ser realizada a COP 30, em Belém do Pará.

O Brasil, ao invés de se mostrar como uma potência ambiental, toma o caminho contrário. É um país dependente, agroexportador, que quer viver de divisas como aquelas das quais vivia no século XVI, e ainda vive. Em muita coisa, não se agrega valor ao que é produzido e não se fortalece a ideia de que a nossa biodiversidade é a maior riqueza que existe.

Prevenir é o mínimo que se pede ao Estado brasileiro e ao Congresso Nacional. Isso é uma vergonha nacional.
